

Injustiça e eventual ilegalidade pelo não reconhecimento do tempo de serviço docente realizado nas AEC, para efeitos da 2ª prioridade, no âmbito do concurso externo, concurso externo extraordinário e contratação inicial

Nos termos da abertura dos concursos externo, externo extraordinário e contratação inicial, constantes no Aviso nº 5442-A/2018 de 20 de abril, Parte III, nº 9 alínea f), e por respeito ao preceituado nos nºs 3 e 4º do artigo 10º do Decreto-Lei 132/2012 de 27 de junho, na sua redação vigente, foi determinado que o tempo de serviço prestado por docentes detentores da respetiva habilitação e qualificação profissional em AEC (Atividade de Enriquecimento Curricular), relevava para efeitos da sua candidatura nos identificados concursos, na 2ª prioridade, desde que o documento comprovativo da prestação de serviço docente identificasse a entidade promotora da atividade.

Ora, sucede que, estando a decorrer a validação das candidaturas pelos Agrupamento de Escolas ou Escola Não Agrupada, foi elaborado um manual de procedimentos pela Direção Geral da Administração Escolar, no qual se instrui as mesmas, designadamente na sua página 22, que o tempo de serviço prestado pelos docentes em AEC não releva para efeitos da colocação na 2ª prioridade.

Esta informação agora prestada pela Direção Geral da Administração Escolar, para além da injustiça que origina, porquanto não reconhece tempo de serviço docente prestado em escolas que integram a rede pública por profissionais com a respetiva habilitação profissional, poderá estar a incorrer numa ilegalidade, na medida em que, um “manual” será meramente informativo, não podendo, com o devido respeito e salvo melhor opinião, revogar e/ou contrariar legislação em vigor.

Ademais, não reconhecer este tempo de serviço docente poderá determinar que deixemos de ter uma escola pública “a tempo inteiro”, porquanto não vislumbramos quais serão os docentes que futuramente aceitarão exercer funções nas AEC, isto porque, até este momento, face aos reduzidos valores auferidos, a esmagadora maioria destes docentes apenas aceitavam exercer estas funções, *de per si* públicas, apenas e só, para que este tempo relevasse na contagem de tempo de serviço para efeitos concursais docentes.

Deste modo, na defesa dos superiores interesses da classe docente, informamos que já solicitamos ao Exmo. Sr. Ministro da Educação que, com a máxima urgência, sejam emitidas orientações de modo a que os Agrupamento de Escolas ou Escola Não Agrupada, reconheçam para efeitos de candidatura na 2ª prioridade dos concurso externo e concurso externo extraordinário, o tempo de serviço docente prestado em AEC, em estabelecimentos que integrem a rede pública de ensino, desde que identificando devidamente a entidade promotora.

A Presidente da ANP

Paula Figueiras Carqueja

Braga, 08.05.2018